

**ATA DA 53ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

**DATA:** 7 e 8/10/2003

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: (ausência justificada)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Glenda Barbosa de Melo (glenda.melo@uol.com.br)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@brturbo.com.br)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: (ausência justificada)  
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninon@alternex.com.br)

**CONVIDADOS:**

Antônio Eduardo Lanna – SRH/MMA (aelanna@tella.com.br)  
Célia Maria Ravazzani Ribeiro – Min. Integração (celia.ribeiro@integracao.gov.br)  
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)  
Daniela Gurgel de Amorim – CHESF (danielag@chesf.gov.br)  
Guilherme Eduardo Quintão – MCT (geduardo@mct.gov.br)  
Hadijamine Itapá Fernandes – DNIT/Min. Transportes (hadijamine.fernandes@dnit.gov.br)  
Juliana Sarti Roscoe – Min. Integração  
Luiz Carlos Buriti – SEMARH/DF (luiz052878@ceub.br)  
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)  
Maurício Laxe – MMA (mauricio.laxe@mma.gov.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Rui Batista Antunes – SDS/Santa Catarina (gehid@sds.sc.gov.br)  
Valter Otaviano Junior – AGU/MMA/CONJUR (valter-otaviano.junior@mma.gov.br)  
Vera Maria Weigand – SRH/BA (vweigand@srh.ba.gov.br)

**RELATORES:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 7/10/2003

**Início:** 9:30 h

**Término:** 18:15 h

Às nove horas e quarenta cinco minutos do dia sete de outubro de 2003, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 53ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Dr. Julio Thadeu, Presidente da CTIL, abriu os trabalhos e teceu comentários sobre a proposta de realização de reunião da CT em Curitiba-PR, no dia 25 de novembro próximo, durante a realização do XV Simpósio da ABRH, previsto para ocorrer entre os dias 23 e 27 do mesmo mês. Em seguida, abordou o item 2 da pauta: aprovação da minuta de ata da 52ª reunião. As Dras. Sonáli, Ninon, Vera Weigand e Cristina Yuan trouxeram sugestões à minuta de ata. Devido ao teor e à extensão das sugestões, ficou acertado que uma nova minuta consolidada seria trazida para aprovação na próxima reunião da CTIL. Em prosseguimento, o Dr. Julio Thadeu convidou o Dr. Luiz Carlos Buriti, Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - SEMARH, para apresentação sobre a situação do gerenciamento de recursos hídricos no Distrito Federal, conforme item 3 da pauta. Antes de passar a palavra ao Dr. Buriti, fez observações sobre a interface entre as apresentações dos Estados, em andamento na CT, e a Moção CNRH nº 16, que recomenda que sejam priorizadas ações com vistas à formulação ou

implementação de uma política de gestão de recursos hídricos nos estados. Falou também sobre o trabalho de sistematização das apresentações, a cargo do Prof. Lanna. Com a palavra, o Dr. Buriti proferiu sua apresentação (**Anexo II**), percorrendo sobre as bases legais e institucionais do sistema de gerenciamento de recursos hídricos do DF, além de destacar suas peculiaridades e principais desafios. Já nos comentários, a Dra. Ninon salientou a importância da implementação da figura do “protetor-recebedor” com vistas ao estímulo à preservação de mananciais. O Dr. Julio Thadeu parabenizou o Dr. Buriti pela apresentação. Disse que compartilhava das preocupações sobre a compatibilização das legislações federais e estaduais; com relação à criação de uma agência de água no âmbito do Distrito Federal, conforme externado durante a apresentação, ressaltou que a carência de um braço executivo poderia ser solucionada de outras formas. O Dr. Cabral mencionou projeto, em parceria com o Ministério da Integração, de execução de 27 barragens no rio Preto, bacia do rio Paracatu, visando aumentar a oferta hídrica. A Dra. Glenda solicitou maiores esclarecimentos sobre a oferta hídrica no DF e também sobre a rede hidrométrica em implantação. A Dra. Dalvacir indicou que a SEMARH deveria tentar firmar mais acordos técnicos de cooperação com entidades da estrutura administrativa do Governo Federal, como a UNB, o IBAMA, Ministérios e a própria ANA. O Dr. Lanna parabenizou a iniciativa da CTIL de trazer representantes dos Estados para apresentações; disse que estava cada vez mais evidenciado que peculiaridades regionais não haviam sido previstas nas leis. Finalizando, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença do Dr. Buriti. Partiu-se então para o item 4 da pauta: análise da resposta ao Ofício CTCOB nº 11/2003 (**Anexo III**). O Dr. Julio Thadeu ressaltou que a CTIL não deveria pretender uma resposta definitiva aos questionamentos. Em seguida, solicitou ao Dr. Reginaldo, representando a coordenadora do GT específico, Dra. Célia Cristina, que fizesse um histórico dos trabalhos do Grupo. O Dr. Reginaldo relatou que o GT havia sido criado em 8 de junho próximo passado e a Nota Explicativa (**Anexo IV**), apresentada em 25 de junho, a qual ainda não havia sido votada no âmbito da CT. Disse ainda que, na última reunião da CT, a Dra. Maria Luiza se manifestara contrária ao documento e apresentara um parecer (**Anexo V**). A Dra. Ninon solicitou que suas sugestões (**Anexo VI**), encaminhadas por e-mail, fossem consideradas. Tendo em vista as divergentes opiniões sobre o tema, o Dr. Julio Thadeu pediu que constasse em ata a solicitação de nova reunião do GT, ainda que se concluísse pela falta de consenso. O Dr. Reginaldo opinou que o parecer da Dra. Maria Luiza abordava temas além dos solicitados nos questionamentos da CTCOB, como o caso das competências normativas do CNRH e da ANA, discutidas por ocasião da 45ª reunião da CT. Aproveitando a citação, o Dr. Julio Thadeu solicitou que o debate sobre as competências normativas voltasse à pauta da CT, em sua próxima reunião, e ainda, que a Secretaria Executiva solicitasse à PGE/ANA e à CONJUR/MMA o parecer prometido. Referindo-se ao GT, o Dr. Jessé indicou que eventuais divergências deveriam constar de relatório. Com relação ao comentário sobre a abrangência de seu parecer, a Dra. Maria Luiza consentiu que o documento seria mais completo, mas que as respostas aos questionamentos poderiam ser dele retiradas. Às 12:10 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:30 horas, quando o Dr. Julio Thadeu convidou o Dr. Rui Antunes, Gerente de Gestão de Recursos Hídricos, da Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, para apresentar o tema referente ao item 5 da pauta. O Dr. Rui, em sua apresentação (**Anexo VII**), falou sobre os aspectos legais e institucionais da gestão de recursos hídricos em Santa Catarina, abordou as lacunas identificadas e principais adequações recomendadas e, ao final, comentou sobre os principais desafios a serem vencidos. Já nas perguntas, o Dr. Rui foi questionado sobre a composição dos comitês em rios de domínio do Estado e esclareceu: 40% usuários, 40% sociedade civil e 20% Governo. A Dra. Cristina Yuan perguntou se a intenção seria regulamentar os instrumentos da política estadual através de Decreto ou por Resolução do Conselho Estadual. O Dr. Rui se pronunciou pelo Decreto. Com relação à implementação da cobrança pelo uso da água, destacou a intenção de se destinar os recursos arrecadados para a respectiva bacia. Finalizando, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença do Dr. Rui e destacou que todas as informações trazidas seriam importantíssimas para se ter um panorama da situação do gerenciamento de recursos hídricos no país. O Dr. Lanna aproveitou a oportunidade para solicitar contribuições ao sítio na internet (<http://www.perh.hpg.com.br>) contendo legislações estaduais sobre recursos hídricos. Passou-se então ao item 6 de pauta: análise de relatório (**Anexo VIII**), encaminhado pela ANA, sobre questões referentes ao rio Branco – Rondônia. A Dra. Dalvacir propôs que as sugestões contidas no relatório fossem encaminhadas ao Ministério da Justiça. O Dr. Byron esclareceu que o Ministério da Justiça tem a intenção de acionar os órgãos envolvidos na questão, tomando como base o relatório elaborado pela ANA. Ao final dos

debates, ficou definido que o referido relatório deveria ser enviado, pelo Secretário Executivo do CNRH, ao Ministério da Justiça, à ANEEL e ao IBAMA, recomendando que fossem adotadas as ações propostas. Finda a pauta do primeiro dia de reuniões, já em assuntos gerais, o Dr. Julio Thadeu informou sobre a presença, no dia seguinte, do Dr. Maurício Laxe, Assessor do MMA, para apresentação sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, tema do item 9 da pauta. A Dra. Patrícia solicitou a distribuição de cópia de seu e-mail (**Anexo IX**), no qual ela destaca pontos relativos a temas tratados na CTIL. Dentre os temas levantados, ficou definido que seria pauta da próxima reunião a análise do Decreto nº 3.692, de 2000, e, da mesma forma, o anteprojeto de Lei sobre as Agências Reguladoras. A Dra. Glenda solicitou registro sobre as condições precárias do miniauditório para realização de reuniões das câmaras técnicas do Conselho e propôs sua realização em outro local; foi unânime a desaprovação das condições atuais das instalações do miniauditório. Neste momento, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença de todos e, às 18:15 horas, encerrou o primeiro dia de reunião.

**DATA:** 8/10/2003

**Início:** 9:15 h

**Término:** 18:45 h

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de outubro de 2003, iniciou-se o segundo dia de trabalho da 53ª reunião da CTIL. Houve inversão dos itens de pauta, passando a ser discutido o de número 8, sobre temas afetos ao gerenciamento de recursos hídricos no Estado do Paraná. Com a palavra, a Dra. Patrícia externou preocupações manifestadas através dela sobre a competência da ANA para delegar algumas de suas atividades sem a devida aquiescência do CNRH. Disse entender que, de um modo mais amplo, condições deveriam ser propiciadas para o bom funcionamento dos órgãos de gestão dos estados; opinou que a Resolução CNRH nº 17 foi um passo importante, mas deveriam haver desdobramentos. O Dr. Julio Thadeu informou sobre agendamento de reunião entre SRH/MMA e ANA para tratar da Resolução CNRH nº 17. Referindo-se à questão da delegação de competências, o Dr. Reginaldo indicou que ela estava prevista no art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000. Ressaltou que a PGE/ANA rotineiramente se preocupava em observá-la e que considerava a discussão do tema como um alerta aos trabalhos ali desenvolvidos. Também citou que a competência normativa da ANA estava explícita na Lei nº 3.962, de 2000. A Dra. Maria Luiza disse que a delegação de competência prevista no § 4º, art. 4º, da Lei nº 9.984, de 2000, se referia às Agências de Água. A Dra. Dalvacir disse que os questionamentos eram procedentes e se baseavam em fatos ocorridos no estado do Paraná; opinou que deveriam ser solicitados esclarecimentos à Procuradoria Geral do Paraná sobre a recomendação para que fossem suspensos os convênios assinados com a ANA. A Dra. Vera Weigand indicou que a ANA, como ente da administração indireta, não poderia delegar aos Estados o que era de competência da Federação; disse ainda concordar com a Dra. Maria Luiza no sentido de que as delegações previstas diriam respeito às Agências de Água. O Dr. Julio Thadeu alertou que os trabalhos das CTs e do CNRH devem ser sempre em prol do fortalecimento do SINGREH. O Dr. Reginaldo alertou que os convênios da ANA com o Estado do Paraná não pretendiam ingerir nas competências do mesmo; pretendiam sim, de uma forma geral, repassar recursos para criação de comitês e não traziam delegação para concessão de outorgas ou outra competência da ANA. O Dr. Valdemar propôs a criação de um GT para discussão das delegações de competência. Ficou definida a criação do GT, assim composto: Dra. Maria Luiza; Dr. Reginaldo; Dr. Valdemar; Dra. Ninon; Dr. Wilson (coordenador); Dra. Vera Weigand. O objetivo do GT ficou da seguinte forma: análise da delegação de competências da ANA e suas implicações sistêmicas. A Dra. Ninon disse que os trabalhos deveriam ser modernizados e sugeriu que as discussões do GT fossem feitas por e-mail. Passou-se então ao item 7 de pauta. O Dr. Julio Thadeu convidou o Dr. Maurício Laxe para iniciar sua apresentação sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (**Anexo X**). Em sua apresentação, o Dr. Maurício informou que o Comitê Gestor, criado pelo Decreto de 5 de junho de 2001, teria seu nome alterado para Conselho Gestor e passará a contar com a participação de mais quatro representantes de Ministérios, além dos representantes dos sete Estados integrantes da bacia do rio São Francisco; para tanto, complementou, o Decreto sofreria modificações. Falou que as atribuições do Conselho Gestor não deveriam ser confundidas com as do CBH São Francisco, uma vez que o CBH define as diretrizes que deveriam ser operacionalizadas pelo Conselho Gestor. Esclareceu que a participação dos usuários e da sociedade civil no processo de gestão da bacia ocorria no âmbito do CBH. Solicitou destaque para o fato do Projeto de Revitalização ser vintenal e não quadrienal, como os programas do PPA. A Dra. Juliana, em complementação, ressaltou a importância da institucionalização de projetos de revitalização, inclusive em outras bacias.

Propôs ainda que as atas de reuniões do Conselho Gestor assim como os documentos produzidos fossem disponibilizados em um sistema de informações. Ao final, o Dr. Julio Thadeu agradeceu as presenças do Dr. Maurício e da Dra. Juliana e disse que a apresentação fora esclarecedora para a CTIL, ficando evidenciados os seguintes fatos: não existe ou existiu pretensão de se realizar ações na bacia do São Francisco que fossem definidas sem a participação da sociedade; o CBH deveria decidir sobre a aplicação dos recursos disponíveis; ao Conselho Gestor incumbia operacionalizar as decisões tomadas pelo CBH; a representatividade e a participação social no processo ficavam, dessa forma, atendidas. Já nos debates, o Dr. Wilson sugeriu que fosse agendada apresentação sobre o tema em reunião do CNRH. A Dra. Hadijamine observou que os trabalhos a serem executados pelo Programa no âmbito da bacia traziam um forte componente de transversalidade. A Dra. Sonáli questionou a ausência de representante da CHESF na composição do Conselho Gestor. O Dr. Maurício esclareceu que a inclusão de representação do MME contemplava esta participação. O Dr. Jessé fez considerações sobre a importância da inclusão de projetos de educação ambiental e questionou sobre o aproveitamento de projetos anteriormente apresentados. O Dr. Maurício salientou a importância do momento atual de definição de macro políticas regionais; indicou a oportunidade de se discutir as vinculações entre as políticas de recursos hídricos, meio ambiente, educação, entre outras, suas interações e as formas de potencializar as ações. O Dr. Otaviano expôs sua preocupação com a possibilidade de contingenciamento dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, uma vez que as ações do programa deveriam ser efetivadas com esses recursos, inclusive como forma de determinação do valor econômico da água. Os debates prosseguiram e, às 12:15 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:45 horas, com o item 10 de pauta: apresentação dos trabalhos do GT sobre a Resolução CNRH nº 5. O Dr. Wilson leu o relatório encaminhado pelo GT (**Anexo XI**). Expôs que, no entendimento do GT, a Resolução nº 5 deveria se ater exclusivamente à operacionalização da instituição de comitês. O Dr. Julio Thadeu ressaltou que a Resolução nº 5 já era uma referência nacional; sugeriu a continuidade dos trabalhos do GT e que fossem indicados pontos para aperfeiçoamento da Resolução, dentro do foco pretendido. A Dra. Sonáli lembrou que na reunião anterior havia sido acertado que o GT deveria realizar um balanço das modificações sofridas pela Resolução, em sua versão 8A de revisão; deveriam também ser trazidos pontos a serem discutidos e proposta de cronograma. O Dr. Wilson argumentou que o GT recomendava o abandono da idéia anterior de substituição da Resolução nº 5 e esclareceu que a Resolução deveria, neste momento, se ater ao processo de instituição de comitês, ficando a questão da implantação para um segundo momento. Ficou acertado que o GT deveria se reunir novamente para prosseguimento dos trabalhos, mantidas as diretrizes acordadas. O Dr. Julio Thadeu solicitou espaço na pauta para comentários sobre o Ofício CNRH nº 069/2003 (**Anexo XII**). Disse que o tema do ofício já estava sendo abordado de diferentes formas, direta ou indiretamente. Citou, inclusive, Ofício nº 465 (**Anexo XIII**), encaminhado pela ANA, que fora respondido através do Ofício CNRH nº 80 (**Anexo XIV**), em que foi solicitada a elaboração de proposta de destinação programada para o ano de 2004 das fontes de receita a que se refere o inciso II, § 1º, art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, assim definidos no seu § 2º: *"A parcela que se refere o inciso II do § 1º constitui pagamento pelo uso dos recursos hídricos e será aplicada nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997"*. Passou-se então ao item 7 da pauta: apresentação dos trabalhos do GT de análise do PL nº 1.507. O Dr. Wilson leu o relatório do GT (**Anexo XV**). A Dra. Ninon, coordenadora do GT, esclareceu que o documento do Grupo tinha caráter preliminar e versa somente sobre o PL nº 1.507, além de orientar no sentido da matéria ser encaminhada à CTCOB, que está tratando da questão dos fundos de uma forma geral. O Dr. Reginaldo disse que não havia participado dos trabalhos do GT e solicitou registro em ata da sua discordância com o teor do documento. Disse que estava sendo perdida uma oportunidade de estabelecimento de uma forma contábil para que os recursos da cobrança não passassem pelo orçamento único da União. Propôs que a CT adotasse um caráter propositivo em relação ao PL, inclusive com apresentação de emendas. Com relação à competência da ANA para gerir o Fundo proposto, citou o inciso IX, art. 4º, da Lei nº 9.984, de 2000. O Dr. Jessé expôs seu posicionamento favorável à criação de um fundo, apesar das restrições. O Dr. Julio Thadeu observou que, segundo consta, os fundos também são passíveis de contingenciamento e que, pela proposta do PL, não integram os recursos do fundo os valores arrecadados com a compensação financeira do setor hidrelétrico. A Dra. Sonáli opinou que tudo que dizia respeito aos Estados e municípios deveria ser retirado do PL. Foi lembrado que a matéria também estava em discussão na CTCOB, onde fora criado GT específico para análise inicial. Após debates, ficou

acertado que os trabalhos deveriam ser levados em conjunto com o GT específico da CTCOB. Com o término dos itens de pauta, às 16:50 horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu o empenho de todos, parabenizou pelos trabalhos realizados e encerrou a reunião.

**RESUMO DA REUNIÃO:**

- aprovação da ata da 52ª reunião foi transferida para a próxima reunião;
- o Dr. Luiz Carlos Buriti, Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – SEMARH, proferiu palestra sobre a situação do gerenciamento de recursos hídricos no Distrito Federal;
- solicitada nova reunião do GT que trata da resposta ao Ofício nº 11/CTCOB, ainda que se concluísse pela falta de consenso;
- o debate sobre as competências normativas do CNRH e da ANA deve retornar à pauta da Câmara;
- o Dr. Rui Antunes, Gerente de Gestão de Recursos Hídricos, da Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina, proferiu palestra sobre a situação do gerenciamento de recursos hídricos no Estado;
- o Dr. Lanna solicitou contribuições ao sítio na internet (<http://www.perh.hpg.com.br>) contendo legislações estaduais sobre recursos hídricos;
- com relação às questões trazidas pela FUNAI sobre o rio Branco – Rondônia, ficou definido que o Relatório elaborado pela PGE/ANA deverá ser enviado, pelo Secretário Executivo do CNRH, ao Ministério da Justiça, à ANEEL e ao IBAMA, recomendando que sejam adotadas as ações propostas;
- a análise do Decreto nº 3.692, de 2000, deverá ser pauta das reuniões da CT;
- da mesma forma, a análise do anteprojeto de Lei sobre as Agências Reguladoras também deverá ser trazido para debates;
- informado o agendamento de reunião entre SRH/MMA e ANA para tratar do início dos entendimentos requeridos na Resolução CNRH nº 17;
- criado GT para discussão das delegações de competência, com o objetivo assim definido: análise da delegação de competências da ANA e suas implicações sistêmicas;
- O Dr. Maurício Laxe, assessor do MMA, proferiu palestra sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- foi recomendado pelo GT Resolução nº 5 o abandono da idéia anterior de revogação da referida Resolução; foi consenso que a Resolução deveria, neste momento, se ater ao processo de instituição de comitês, ficando a questão da implantação para um segundo momento; ficou acertado que o GT deverá se reunir novamente para prosseguimento dos trabalhos, mantidas as diretrizes acordadas;
- ficou acertado que a análise do PL nº 1.507 deverá prosseguir em conjunto com a CTCOB, onde já foi criado GT específico para discutir a questão dos fundos como um todo.

Ata aprovada em 29 de outubro de 2003, durante a 54ª reunião da CTIL.

JULIO THADEU S. KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
WILSON DE AZEVEDO FILHO  
Relatores